



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682417 - SP (2021/0232782-4)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : WESLEY LEANDRO DE LIMA E OUTRO
ADVOGADOS : AUGUSTO CÉSAR MENDES ARAÚJO - SP249573
WESLEY LEANDRO DE LIMA - SP377775
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : VANDIR DE ALMEIDA SANTOS JUNIOR (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de VANDIR DE ALMEIDA SANTOS JUNIOR em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 1501123-16.2019.8.26.0576).

O paciente foi condenado à pena de 1 ano e 2 meses de reclusão em regime semiaberto, pelo cometimento do delito previsto no art. 180, *caput*, do Código Penal.

Os impetrantes sustentam que a substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos é admissível aos reincidentes, desde que socialmente recomendável e a recidiva não seja específica, como na hipótese dos autos.

Requerem, liminarmente, a suspensão do trâmite processual na origem, para obstar o trânsito em julgado. No mérito, pugnam seja concedida a ordem para substituir a pena por restritiva de direitos.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, da leitura do acórdão impugnado nota-se que foram declinados os fundamentos para a fixação da pena privativa de liberdade, deles não se extraindo os traços de ilegalidade manifesta necessários para o deferimento da cautela requerida, consoante se extrai da seguinte passagem (e-STJ fls. 24/25):

[...]

Superado tal ponto, o regime eleito para cumprimento inicial da reprimenda, o semiaberto, não comporta alteração. Ao Magistrado compete estabelecer o regime inicial de cumprimento da pena que acreditar suficiente para reprovação e prevenção do delito, respeitados os ditames legais. No caso, há de se ressaltar que o réu é comprovadamente reincidente pela prática de crime doloso e foi condenado à reprimenda inferior a 04 (quatro) anos, sendo o regime semiaberto medida de rigor, nos termos do artigo 33 do Código Penal.

A fixação do regime intermediário também está em consonância com a Súmula 269 do C. Superior Tribunal de Justiça, in verbis:

É admissível a adoção do regime prisional

semi-aberto aos reincidentes condenados a pena igual ou inferior a quatro anos se favoráveis as circunstâncias judiciais

Ademais, o regime semiaberto é aquele que mais se coaduna com os objetivos acima e com o caráter ressocializador da pena ,incutindo no réu a terapêutica prisional.

Observa-se, outrossim, o teor das Súmulas nº 718 e 719, ambas do C. Supremo Tribunal Federal, bem como da Súmula nº 440 do C. Superior Tribunal de Justiça, porquanto o estabelecimento de tal regime decorre dos fatos concretos, devidamente comprovados nos autos, e não da mera opinião deste julgador.

Como VANDIR não preenche os requisitos elencados no artigo 44 do Código Penal, uma vez que é reincidente em crime doloso, resta impossível substituir a pena corporal por restritiva de direitos.

Desse modo, nada há a reparar.

Nesse contexto, afasta-se a plausibilidade jurídica da medida de urgência e reforça-se a impossibilidade de sua concessão no caso em tela.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência